

## Grupo 3

# POLÍTICAS PÚBLICAS, ENFRENTAMENTO DA COVID-19 E A INVISIBILIDADE SOCIAL

*Pesquisadores: Lucio Flávio da Silva Freitas, Fábio Bacchiegga e Maria da Penha Vasconcellos*

## RESUMO

A principal medida do Estado para conter os efeitos do cenário pandêmico sobre os mais vulneráveis é o Auxílio Emergencial, que deverá ser pago em 3 parcelas de R\$600,00. A expectativa inicial do governo federal era conceder cerca de 54 milhões de benefícios, agora, trabalha-se com a possibilidade de atender entre 75 até 80 milhões, causando espanto mesmo entre os técnicos do governo. Pedro Guimarães, Presidente da Caixa Econômica Federal, órgão responsável pela aprovação dos cadastros dos beneficiários afirmou, espantado, em uma entrevista à imprensa no dia 20 de Abril de 2020 que eram “invisíveis” até duas semanas atrás, 25% da população brasileira. Então sim, é um número maior do que nós imaginávamos”. Porém, como explicar esta imensa disparidade entre a expectativa inicial do governo para a concessão do auxílio e a realidade? Neste artigo analisamos a percepção e construção destes “invisíveis” no Brasil do Covid-19, em especial na cidade de São Paulo, epicentro da epidemia, buscando compreender na realização do repasse do auxílio emergencial, um Brasil imenso de trabalhadores ignorados pelos dados oficiais. Como a pandemia expõe a realidade da vulnerabilidade latente da sociedade brasileira e apresenta a necessidade da revisão do papel do Estado em situações tão adversas como vivemos no país diante da Covid-19. Na primeira parte apresentamos um breve histórico destacando como políticas de abertura neoliberal contribuíram para a precarização das relações de trabalho, e, mesmo com um discurso “modernizador”, estas relações fragilizaram o arcabouço de proteção social, tão necessário no cenário atual, mas que resultou na ampliação dos “invisíveis” que surpreende ao governo federal. Em seguida, como a invisibilidade coaduna com a desigualdade urbana e os desafios sócio técnicos para o acesso ao benefício emergencial que expõe um retrato de disparidades ou negligências tradicionais da ação estatal. Por fim, propomos reflexão pós pandemia, como lições para planejar cenários futuros como contribuição na busca de superar deficiências sociais históricas para recompor um novo “viver urbano” refletindo-se em um novo “viver no Brasil”.

**Palavras-chave:** Desigualdades, COVID-19, trabalho.